



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

ESTADO DO PARANÁ

Av. Brasil, 1082 - Fone (0437) 32-1166 - FAX (0437) 32-1388 - CEP 86390000 - CAMBARÁ - PR

PROJETO DE LEI Nº 21/92

Súmula: Institui o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBARÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I - DOS OBJETIVOS

Art. 1º- Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde C.M.S., em caráter permanente, como órgão deliberativo do Sistema Único de Saúde-SUS no âmbito Municipal.

Art. 2º- Sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, são competências do C.M.S.:

- I - definir as prioridades de saúde;
- II- estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do plano municipal de saúde;
- III- atuar na formulação de estratégias e no controle exata aplicação da política de saúde;
- IV- propor critérios para a programação e para as aplicações financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde, acompanhando a movimentação e o destino dos mesmos;
- V - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de saúde prestados à população pelos órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do SUS no Município;
- VI- definir critérios de dualidade para o funcionamento dos serviços de saúde públicas e privados, no âmbito do SUS;
- VII- definir critérios para a celebração de contratos e convênios entre o setor público e as entidades privadas de saúde, no que tange à prestação de serviços de saúde;
- VIII- apreciar previamente os contratos e ou convênios referidos no inciso anterior;
- IX- estabelecer diretrizes quanto a localização e o tipo de entidades prestadoras de serviços de saúde públicos e privados, no âmbito do SUS;
- X- elaborar o seu regimento interno e,
- XI- outras atribuições estabelecidas em normas complementares.



PROJETO DE LEI Nº

fls.02

CAPÍTULO II - DA ESTRUTURAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO.

SEÇÃO I - DA COMPOSIÇÃO

te composição:

tivo;

Municipal de Saúde;

saúde dos prestadores da rede

Comunitárias;

Serviços;

de serviços médicos;

Pais e Amigos dos Excepcionais.

corresponderá um suplente.

§ 2º- Será considerada como existente, para fins de participação na CMS, a entidade regularmente organizada.

§ 3º- O número de representantes dos usuários do presente artigo não poderá ser inferior a 50% (cinquenta por cento) dos membros da CMS.

Art. 4º- Os membros efetivos e suplentes da CMS serão indicados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação.

I- da autoridade estadual ou federal correspondente, no caso da representação de órgão estadual ou federal;

§ 1º- Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito.

§ 2º- O Diretor do Departamento Municipal de Saúde é membro nato do CMS e será seu Presidente e, na falta deste, será de livre escolha do Prefeito.

Art. 5º- O CMS reger-se-á pelas seguintes disposições no que se refere a seus membros:

I- O exercício da função de conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante ;

II- Os membros do CMS serão substituídos caso falte sem motivo justificado, a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas;

Art. 3º- O C.M.S. terá a seguinte

Um representante do Poder Executivo

Um representante do Departamento

Um representante do SUS;

Um representante dos serviços de privada;

Um representante das Associações

Um representante dos Clubes de

Um representante dos prestadores

Um representante da Associação de

§ 1º- A cada titular da C.M.S. /

§ 2º- Será considerada como exis

tente, para fins de participação na CMS, a entidade regularmen

te organizada.

§ 3º- O número de representantes

dos usuários do presente artigo não poderá ser inferior a 50%

(cinquenta por cento) dos membros da CMS.

Art. 4º- Os membros efetivos e

suplentes da CMS serão indicados pelo Prefeito Municipal, medi

ante indicação.

I- da autoridade estadual ou fe-

deral correspondente, no caso da representação de órgão estadu

al ou federal;

§ 1º- Os representantes do Gover-

no Municipal serão de livre escolha do Prefeito.

§ 2º- O Diretor do Departamento

Municipal de Saúde é mbro nato do CMS e será seu Presidente e,

na falta deste, será de livre escolha do Prefeito.

Art. 5º- O CMS reger-se-á pelas

seguintes disposições no que se refere a seus membros:

I- O exercício da função de con



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

ESTADO DO PARANÁ

Av. Brasil, 1082 - Fone (0437) 32-1166 - FAX (0437) 32-1388 - CEP 86390000 - CAMBARÁ - PR

PROJETO DE LEI Nº

fls.03

III- Os membros do CMS poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal.

SEÇÃO II - DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º- O CMS terá seu funcionamento regido pelas seguintes normas:

I- O órgão de deliberação máxima é o Plenário;

II- As sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada 2 meses e extraordinariamente quando convocadas pelo presidente ou por requerimento da maioria de seus membros;

III- para a realização das sessões será necessária a presença da maioria absoluta dos membros do CMS, que deliberará pela maioria dos votos dos presentes;

IV- cada membro do CMS terá direito a um único voto na sessão plenária;

V- O Presidente do CMS terá, além do voto comum, o de qualidade, bem como, a prerrogativa de deliberar, *ad referendum*, do plenário.

VI- as decisões do CMS serão consubstanciadas em resoluções.

Art. 7º- A Secretaria ou Departamento Municipal de Saúde prestará apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMS.

Art. 8º- Para melhor desempenho de suas funções o CMS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I- consideram-se colaboradores do CMS, as instituições de notória especialização para assessorar o CMS em assuntos específicos;

II- poderão ser convidados pessoas ou instituições, na forma do exposto no inciso anterior;

III- poderão ser criadas comissões internas, constituídas por entidades membros do CMS e outras instituições, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

Art. 9º- As sessões plenárias ordinárias e extraordinárias do CMS deverão ter divulgação ampla e acesso assegurado ao público.

Parágrafo único: As resoluções do CMS, bem como os temas tratados em plenário, reuniões de diretoria e comissões, deverão ser amplamente divulgadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

ESTADO DO PARANÁ

Av. Brasil, 1082 - Fone (0437) 32-1166 - FAX (0437) 32-1388 - CEP 86390000 - CAMBARÁ - PR

PROJETO DE LEI Nº

fls.04

Art. 10º- O CMS, elaborará seu Regimento interno no prazo de 90(noventa) dias após a publicação desta lei.

Art. 11º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cambará, Estado do Paraná, 16 de julho de 1.992.


MOHAMAD ALI HAMZÉ
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

ESTADO DO PARANÁ

Av. Brasil, 1082 - Fone (0437) 32-1166 - FAX (0437) 32-1388 - CEP 86390000 - CAMBARÁ - PR

JUSTIFICATIVA

PROJETO DE LEI Nº 021

Senhor Presidente e Senhores Edís,

Os preceitos contido na Constituição Federal e do Estado do Paraná, assim como a Lei Orgânica do Município obrigam ao Município a criar, através de lei, o Conselho Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde.

Tal fato se deve que em consequência da municipalização da Saúde as verbas que advierem de órgãos governamentais serão creditadas ao referido Fundo.

Com a não criação tanto do Conselho Municipal como do Fundo o Município de Cambará fatalmente deixaria de perceber verbas decorrentes da saúde, o que seria um enorme prejuízo aos Municípios se, considerarmos o que fora feito em nossa gestão (Executivo e Legislativo) em termos de saúde, pois temos um Pronto Socorro Municipal e um Hospital Municipal que atende não só a população de Cambará, mas também de toda região.

Deste modo protestamos pela sempre compreensão e princípio democrático que sempre norteou esta casa de leis, no sentido de ser aprovado o projeto em questão.

Atenciosamente.


MOHAMAD ALI HAMZE
Prefeito Municipal

C A M A R A M U N I C I P A L D E C A M B A R A

PROJETO N.º 21/92

SOMULA Institui o conselho Municipal de Saúde
e dá outras providências.

RELATOR Luiz Deriva

PARECER: ~~NOSSE~~ PARECER É DE QUE SE APROVE O PRESENTE PROJETO DE LEI 21/92

SALA DAS COMISSÕES PERMANENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE CAMBARA, ESTADO DO PARANA, EM 22 / 07 / 1992.

COMISSAO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Luiz Deriva
LUIZ DERIVA

Jose Rodrigues Ferreira
JOSE RODRIGUES FERREIRA

Benedito da Silva Ramos
BENEDITO DA SILVA RAMOS

C A M A R A M U N I C I P A L D E C A M B A R A

PROJETO N. 21/92

SUMULA Institui o conselho Municipal
de Saúde e dá outras providên-
cias.


RELATOR Benedito da Silva Ramos


PARECER:

Somos de parecer favorável à aprovação da presente lei 21/92, considerando o que determina o art. 176 da Lei Orgânica Municipal.

SALA DAS COMISSOES PERMANENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE CAMBARA, ESTADO DO PARANA, EM 22 / 07 / 1992.

COMISSAO DE Saúde e A. Social


Geraldo Teixeira da Costa

Ronaldo Rebelato 

Benedito da Silva Ramos 

C A M A R A M U N I C I P A L D E C A M B A R Á

PROJETO N. 21/92

SUMULA Institui o conselho Municipal de
Saúde e outras providências.

RELATOR RINALDO BERNARDELLI JÚNIOR

PARECER: O referido projeto encontra amparo legal, encaminhe-se para
o plenário.

SALA DAS COMISSÕES PERMANENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE CAMBARÁ, ESTADO
DO PARANÁ, EM 22 / 07 / 1992.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO


RINALDO BERNARDELLI JÚNIOR


JOSÉ FREDIANI


LUIZ DARIVA



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

Estado do Paraná

PROJETO DE LEI 21/92.

EMENDAS REQUERIDAS PELO EDITAL PAULO
ROBERTO DOS ANJOS

REQUEIRO AO PLENÁRIO A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS ABAIXO MENCIONADAS: VOM BASE NO ART. 128 do REGIMENTO INTERNO DESTA CASA.

1. EMENDA ADITIVA - acrescentar no art. 3º Um representante dos prestadores de serviços na filantropia.
2. SUPRESSIVA E MODIFICATIVA - Supremir Prefeito Municipal e aditar - Pela entidade que pertence", ou, autoridade responsável. *Art. 4º*
3. ~~Aditar~~ - devulgação através de ofício aos membros da comissão e por ~~Edital~~. *Art. 9º*

P. deferimento.

Cambará, 27 de julho de L.992

Paulo Roberto dos Anjos
PAULO ROBERTO DOS ANJOS
AUTOR

EMENDAS REJEITADAS POR UNANIMIDADE DE VOTOS.
EM 28/7/1.992.

[Signature]
PRESIDENTE

[Signature]
SECRETÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

Estado do Paraná

EMENDA AO PROJETO 21/92. REQUERIDAS PELO EDIL LUIZ DARIVA

1. MODIFICATIVA - ART. 3º - MODIFICA-SE SERVIÇOS MÉDICOS PARA (SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE).
2. MODIFICATIVA - ART. 4º - INDICADOS PELO PREFEITO, MODIFICA-SE NOMEADOS
3. ADITIVA - PARÁGRAFO 3º - OS REPRESENTANTES DAS ENTIDADES QM - E CLUBES DE SERVIÇOS, SERÃO INDICADOS PELOS MESMOS.

CAMBARÁ, 28 DE JULHO DE 1.992.

LUIZ DARIVA - VEREADOR - AUTOR

EMENDAS APROVADAS POR UNANIMIDADES DE VOTOS.
EM 28/7/1.992.

PRESIDENTE

SECRETÁRIO